

OS DESAFIOS DA REAL INCLUSÃO SOCIAL NA SOCIEDADE BRASILEIRA

INSTRUÇÕES PARA A REDAÇÃO

A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção. Receberá nota zero a redação que desrespeitar os direitos humanos; apresentar menos de sete linhas; fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo ou apresentar parte do texto deliberadamente desconectada do tema proposto.

PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **“OS DESAFIOS DA REAL INCLUSÃO SOCIAL NA SOCIEDADE BRASILEIRA”**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO 1

A inclusão social é o termo utilizado para designar toda e qualquer política de inserção de pessoas ou grupos excluídos na sociedade. Portanto, falar de inclusão social é remeter ao seu inverso, a exclusão social.

Nesse sentido, para estabelecer uma ação de inclusão social, primeiramente é necessário observar e identificar quais seriam aqueles que estariam sistematicamente excluídos da sociedade, ou seja, que não gozam dos seus benefícios e direitos básicos, como saúde, educação, emprego, renda, lazer, cultura, entre outros. De certo modo, é muito difícil que alguém ou algum grupo social esteja totalmente excluído de toda a sociedade. Geralmente, isso ocorre sobre uma parte dela. Assim, falar de inclusão é falar de democratizar os diferentes espaços para aqueles que não possuem acesso direto a eles.

Por exemplo: as cotas raciais seriam uma medida de inclusão dos negros na universidade, no sentido de que esse grupo de pessoas, por razões históricas, possui estatisticamente maiores limitações materiais para alcançar o nível superior. Outro caso seria a adoção de medidas de acessibilidade para idosos e deficientes físicos que não conseguem acessar ou se deslocar em espaços públicos das cidades.

A Secretaria Especial dos Direitos Humanos resume alguns dados que podemos considerar como exemplos de exclusão social:

- 125 milhões de crianças no mundo não frequentam a escola, sendo dois terços delas mulheres.

- Somente 1% dos deficientes físicos frequentam a escola em países subdesenvolvidos e emergentes.
- 12 milhões de crianças morrem por problemas relacionados com a falta de recursos por ano.

Vale lembrar que, por exemplo, se uma pessoa é de determinada etnia, ou cor, ou se ela possui algum tipo de deficiência física ou é portadora de necessidades especiais, ela não é automaticamente uma pessoa socialmente excluída. No entanto, se a sociedade não oferece condições e faz com que qualquer uma dessas características torne-se um impeditivo à liberdade humana, então há um caso de exclusão social. Portanto, mais do que uma expressão, a exclusão social é, de certa forma, uma forma de violência ao ser ou à dignidade humana, pois impede que um indivíduo exerça a sua cidadania por razões eticamente não justificáveis.

A inclusão social, nesse contexto, transformou-se em um objetivo a ser perseguido por várias pessoas, em uma forma de luta. Assim, existem atualmente inúmeros movimentos sociais que reivindicam da sociedade geral e do poder público a efetuação de uma real política de contrapeso às diferenças históricas e sociais constituídas no cerne da história da civilização moderna. Existem os movimentos feministas, raciais, de grupos homossexuais, de religiões africanas e outras, de portadores de necessidades especiais etc.

Mais do que um esforço do governo em suas diferentes escalas, é preciso também uma maior ação social para a promoção de políticas de inclusão social. Isso envolve diversas áreas da sociedade, como a educação, a cultura, entre outros. Por isso, esforços coletivos e individuais que visem romper preconceitos e ações coercitivas são necessários para uma melhor vivência cotidiana.

Disponível em: <http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/educacao/inclusao-social.htm>

TEXTO 2

Inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino regular ganhou importância no Brasil após assinatura de Convenção da ONU sobre Direitos das Pessoas com Deficiência. Críticos querem manter dois sistemas paralelos. O Plano Nacional de Educação (PNE) brasileiro prevê a inclusão de crianças com necessidades especiais em escolas regulares, mas a medida ainda é controversa no país quando se comemora o 16º Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, promovido pelas Nações Unidas (3/12). A polarização fica entre governo, apoiado por defensores da inclusão, e entidades que defendem a permanência de dois sistemas de ensino: o regular e o especial.

Para vários críticos que preferem a manutenção dos dois sistemas, a decisão da melhor escola para essas crianças cabe somente aos pais. "Temos alunos com graves comprometimentos, principalmente com deficiência intelectual e múltipla, e para eles a escola especial é a única

que possibilita realmente o acesso à educação com qualidade", afirma Fabiana Maria das Graças de Oliveira, coordenadora pedagógica da Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes).

A educação inclusiva ganhou importância na agenda do governo federal em 2008, depois de o Brasil assinar a Convenção da Organização das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Desde então, o país determinou medidas para a inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino regular. Segundo o Ministério da Educação (MEC), em 2012, 76% das crianças com necessidades especiais em idade escolar estão matriculadas no ensino regular, representando um crescimento de mais que o triplo em relação a 2003, quando as matrículas somavam 28%.

Para Maria Teresa Eglér Mantoan, pedagoga da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), a inclusão não significa a extinção das escolas especiais, mas uma reformulação na forma de ação e na percepção dessas instituições. Segundo Mantoan, em vez de substituir a escola regular, a inclusão passa a complementar e apoiar o ensino regular na formação de alunos com necessidades especiais. "A educação especial não substitui mais o ensino comum para pessoas com deficiência e com superdotação. Essa mudança foi substancial, pois antes existia um sistema paralelo de ensino para o qual iam as crianças, até mesmo sem deficiência, para ter uma educação substitutiva", defende Mantoan. Apesar das políticas brasileiras nessa área serem consideradas das mais avançadas do mundo, ainda há muitos desafios a serem superados. Oliveira afirma que muitas escolas regulares ainda não estão preparadas para receber alunos com necessidades especiais, principalmente quando se trata da formação dos docentes.

Segundo dados do MEC, 98.801 escolas receberam matrículas de alunos especiais em 2012, mas apenas 27.931 colégios incluíam acessibilidade nos projetos arquitetônicos. Para Mantoan, ainda há uma resistência por parte do sistema de ensino regular à inclusão. "Por incrível que pareça, a inclusão acontece em termos de políticas e fundamentos na educação especial, mas na educação comum ainda não foi instituída uma política verdadeiramente inclusiva", afirma a especialista. A discussão da educação inclusiva não é nova, mas em 2006, com a adoção da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que destaca a educação inclusiva como direito de todos, ela passou a fazer parte dos debates políticos. "Todos os países têm iniciativa de educação inclusiva e estão investindo nesse sistema de ensino. O Brasil está tão avançado nessa área como alguns países desenvolvidos", afirma Rosângela Berman Bieler, diretora do setor que trata de Deficiência do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

A especialista cita os Estados Unidos como exemplo em educação inclusiva, incentivada há mais de 40 anos naquele país. Porém, a Itália foi uma das únicas nações que adotou de maneira radical esse modelo, determinando de uma vez o fim do sistema especial e modificando-o para integrá-lo na escola regular. Mas, segundo Bieler, na maioria dos países a adaptação para a educação inclusiva está ocorrendo bem devagar, como na Alemanha.

"Hoje o melhor modelo é que essas escolas especiais, que teoricamente têm o conhecimento da educação especial, se transformem em centros de recursos para apoiar o ensino inclusivo em todas as escolas que estão na sua região, com professores itinerantes e materiais pedagógicos", afirma Bieler, reforçando que esse apoio é fundamental para o sucesso e a qualidade da inclusão.

ACABAR COM PRECONCEITOS - Vários especialistas acreditam que a inclusão educacional é a melhor maneira de acabar com o preconceito e que ela beneficia toda a sociedade. "Com pouco esforço do corpo docente, as crianças com deficiência intelectual vão estar integradas na sociedade e as outras crianças vão crescer dentro de um ambiente entendendo o que é inclusão e diversidade", afirma Bieler.

Para Mantoan, a inclusão é um direito de todos. "Se hoje estamos brigando por causa da inclusão é porque nós não tivemos na nossa vida pessoas com deficiência convivendo conosco desde a infância. Algumas pessoas pensam que existem diferentes, aqueles que não são iguais a nós, e isso é o que faz esse grupo ser colocado à parte. Mas o que existe é a diferença de todos nós e não o diferente de nós", diz Mantoan.

Disponível em: <https://jornalggn.com.br/noticia/os-desafios-para-uma-real-educacao-inclusiva-no-brasil>



MESA REDONDA - O DESAFIO DA INCLUSÃO SOCIAL

<https://www.youtube.com/watch?v=NW0fkTqYijY>